



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

05 de março de 2013



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 05/03/2013

Assunto: 1,5 mil ficam sem aula em Joinville

Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

INTERDIÇÃO 1,5 mil ficam sem aula em Joinville

Seis das 18 escolas fechadas em dezembro de 2012 seguem sem previsão de funcionamento

A educação joinvilense escreve neste ano um de seus capítulos mais tristes. Depois da interdição de 18 escolas em dezembro de 2012, o ano letivo começou com oito unidades fechadas. Todas elas estaduais. Mesmo depois de 20 dias, seis continuam interditadas.

Em dois casos, como na escola Rudolfo Meyer e na Maria Amin Ghanem, os alunos ainda não sabem quando voltam para a escola. São 1,5 mil estudantes que estão em casa, esperando apenas o aviso de que podem, finalmente, continuar a estudar.

As reformas começaram poucos dias antes do início das aulas, marcado para dia 14. Em alguns casos, como na Maria Amin Ghanem, elas ainda nem saíram do papel.

Ontem, a Vigilância voltou em duas escolas. Na Rudolfo Meyer, onde uma equipe de trabalhadores realizou uma força-tarefa no fim de semana para terminar as obras, e na Conselheiro Mafra, que recebeu reparos urgentes na parte mais nova da estrutura. Mas as obras na escola do Floresta não terminaram a tempo.

– Até agora, me parece ser a melhor reforma. Mas só vou liberar quando ela estiver 100% pronta – avisou a fiscal sanitária, Lia de Abreu. Por enquanto, não há previsão para o retorno dos 750 alunos.

Na Conselheiro, segundo a fiscal, foi feita "uma maquiagem". Os alunos foram remanejados para outras escolas.

Ontem, após a vistoria nas duas escolas, tanto a gerente regional de ensino, Dalila Leal, como a secretária de Desenvolvimento Regional, Simone Schramm, não atenderam a reportagem e não retornaram as ligações.

Comissão quer unir forças e tratar da municipalização

Desde que o prefeito Udo Döhler pediu para o novo Secretário Municipal de Educação, Roque Mattei, tratar a educação de Joinville com um todo, que existe um entendimento forte entre SDR e prefeitura. Uma comissão entre os dois governos foi criada para unir forças. O primeiro desafio é tentar solucionar o problema das interdições e o segundo seria a municipalização das escolas. Desde 2009 que se debate o assunto em Joinville.



Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Destaque

Data: 05/03/2013

Assunto: 1,55 mil alunos fora da escola

Página: 4 e 5

A NOTÍCIA

1,55 mil alunos fora da escola

A educação joinvilense escreve neste ano um dos capítulos mais tristes. Depois da interdição de 18 escolas em dezembro do ano passado, o ano letivo começou com oito unidades fechadas. Todas elas estaduais. Mesmo depois de 20 dias, seis continuam sem receber alunos. E em dois casos, como na escola Rudolfo Meyer e na Maria Amin Ghanem, os estudantes ainda não sabem quando voltam às aulas. São 1,55 mil crianças e adolescentes que estão em casa, esperando apenas o aviso do retorno das atividades.

A rede municipal teve nove unidades fechadas, e ainda em janeiro a equipe da Secretaria de Educação começou os reparos. Para o início das aulas, em 18 de fevereiro, todas elas já haviam sido desinterditadas. Na rede estadual, o cenário foi muito diferente. O que se viu foram reformas que começam poucos dias antes do início das aulas, marcado para 14 de fevereiro. Das seis escolas fechadas, em duas as obras ainda não começaram, outras duas estão em obras e nas demais as reformas foram concluídas, mas não foram liberadas.

Ontem, a Vigilância Sanitária voltou a duas escolas: à Rudolfo

Meyer, onde uma equipe de trabalhadores realizou uma força-tarefa no fim de semana para terminar as obras, e à Conselheiro Mafra, que recebeu reparos urgentes na parte mais nova da estrutura, onde há cinco salas de aula e o auditório.

A expectativa era de que a área fosse liberada para receber ao menos os alunos das séries iniciais. Nada disso foi realizado. As obras na Rudolfo Meyer não foram terminadas a tempo. “A Vigilância Sanitária ainda fez novas ponderações. Pediu um toldo. Não conseguimos instalar um toldo até terça”, observou o gerente de Infraestrutura da SDR, Fabiano Lopes de Souza.

“Até agora, me parece ser a melhor reforma. Mas só vou liberar quando ela estiver 100% pronta”, avisou a fiscal sanitária Lia de Abreu. Por enquanto, não há previsão para o retorno dos 750 alunos.



Só vou liberar quando ela (escola) estiver 100% pronta.

LIA DE ABREU, fiscal sanitária, sobre a Escola Rudolfo Meyer

Na Conselheiro, a situação era diferente. Como a fiscal mesma resumiu, foi feita “uma maquiagem”. Ainda era preciso arrumar parte da fiação elétrica, vidros de janelas estavam quebrados e parte da calha oferecia perigo. Lia também pediu um tapume para separar a área da antiga escola, que continuará interdita. Os alunos da Conselheiro, no entanto, não estão fora da sala. Eles foram remanejados para a ACE e para a Católica de SC, no Centro.

O caso mais grave ainda é a Escola Maria Amin Ghanem, do Aventureiro. Os alunos do ensino médio noturno, que somam 89, foram remanejados para a Escola João Rocha. Mas as demais 800 crianças ainda não sabem onde e quando vão estudar.

Ontem, após a vitória nas duas escolas, tanto a gerente regional de Educação, Dalila Leal, quanto a secretária de Desenvolvimento Regional, Simone Schramm, não atenderam à reportagem e não retornaram as ligações.

A SDR ainda precisa responder ao Ministério Público. Em janeiro, o MP ajuizou uma ação civil que determina a reforma urgente das unidades. Todos os problemas foram levantados e apresentados ao governo. O Estado se defendeu e disse que as reformas estavam previstas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO DE CADA ESCOLA

Comissão para unir forças

Quando os 8 mil alunos da rede estadual ficaram sem aula em 18 de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação assumiu o conceito de “educação como um todo”. Segundo o secretário Roque Mattei, existe um “entendimento forte” entre SDR e Prefeitura. Uma comissão foi criada para buscar soluções. A última reunião ocorreu em 25 de fevereiro e deve ocorrer pelo menos uma vez por mês.

O primeiro desafio é tentar solucionar o problema das interdições. Mattei chegou a vistoriar as escolas estaduais. Segundo ele, engenheiros da Prefeitura estão atuando nos reparos das unidades, para agilizar o processo.

O segundo seria a municipalização. Desde 2009 que se debate o assunto em Joinville. A ideia seria passar ainda este ano cinco escolas para o município: Albano Schmidt (Boa Vista), Monsenhor Sebastião Scarzello (Itaum), Léa Lepper (Iriirú) e Rui Barbosa (no Bucarein) e Elpídio Barbosa (Costa e Silva). A Monsenhor, que está fechada desde o ano passado, seria a primeira. “Nós temos de planejar. Olhamos, sobretudo, na perspectiva do que seja legal”, disse Mattei.

1 Escola de Educação Básica Professor Rudolfo Meyer, do bairro Floresta

NÚMERO DE ALUNOS:
Cerca de 750

PREVISÃO DE VOLTA ÀS AULAS:
11 de março, segundo a Vigilância Sanitária.

INTERDITADA

Constatações do Ministério Público

■ Estabelecimento em condições precárias, necessita de reforma e ampliação. A ala antiga, os sanitários e a cozinha precisam de reforma geral (cobertura, ampliação, sistema de esgoto, instalações elétricas, pisos, pintura, calhas, paredes com reboco desprendendo-se, forração de quadras de esportes).

■ Pelas condições em que se encontra a estrutura física, só a reforma total do local irá resolver os problemas graves da instituição.

O que o Estado pretende

Entre o montante de R\$ 505 mil que o governo do Estado repassou para as reformas urgentes nas escolas, R\$ 87.329,15 foram destinados para a Rudolfo Meyer. No fim de semana, foi realizada uma força-tarefa para encerrar as obras, mas ontem elas ainda não tinham terminado.

A reforma complementar da escola, orçada em R\$ 51.899,49, ainda será licitada. Mas o edital não tem ainda data para sair.

De acordo ainda com o Pacto pela Educação, lançado em 18 de fevereiro pela Secretaria de Estado de Educação, a escola ganhará cobertura na quadra poliesportiva.

4 Escola de Educação Básica Professora Maria Amin Ghanem, no Aventuroiro

NÚMERO DE ALUNOS:
Cerca de 950.

PREVISÃO DE VOLTA ÀS AULAS: a SDR ainda não tem previsão. Gerência Regional de Educação procura parceiros para a o aluguel de um prédio para transferir os alunos. Assim que o contrato for fechado, as famílias serão comunicadas. Apenas as turmas do ensino médio noturno retomam hoje para as salas de aula da Escola João Rocha.

INTERDITADA

Constatações do Ministério Público

■ Toda área está precária. No início do ano letivo, foi buscado uma alternativa para que o local tivesse as mínimas condições para funcionar. Porém, foram constatadas novas irregularidades — a escola já havia sido interditada na metade do ano passado — e o agravamento das existentes (forração podre, rachaduras, reboco desprendendo-se, piso completamente danificado e partes sem, janelas quebradas etc.).

O que o Estado irá fazer

A escola não passará por reformas emergenciais. A unidade ficará fechada neste ano. Em 21 de fevereiro, foi aberto o edital de licitação para a reforma geral e de ampliação da Maria Amin. O investimento será de R\$ 2.458.073,67. A expectativa é de que as obras comecem ainda em março.

2 Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto, no Iriirú

NÚMERO DE ALUNOS:
Cerca de 1,1 mil.

VOLTA ÀS AULAS: as aulas começaram em 18 de fevereiro. Os alunos foram remanejados para três locais: para a Escola Léa Lepper, para a Assessoritec e ainda para as salas da catequese da Igreja São Sebastião. As turmas das séries finais que estudavam na igreja não tiveram aula ontem. A partir de hoje, elas farão turno intermediário na Assessoritec, das 11 horas às 14h30, com intervalo de dez minutos.

INTERDITADA

Constatações do Ministério Público

■ Cobertura, pisos, teto, instalações elétricas e hidráulicas, sistema de esgoto, pintura, sanitários.
■ Quadra de esportes com piso danificado, água empoeçada e traves enferrujadas.
■ Local não é adaptado para pessoas com necessidades especiais.
■ Algumas salas e biblioteca com infiltrações.
■ Instalações elétricas precárias.

O que o Estado irá fazer

A Annes Gualberto ainda espera o início das obras emergenciais, no valor de R\$ 93.579,55. Mas ela precisará passar por uma reforma completa, conforme orientação da Vigilância Sanitária. A licitação também não tem data para o lançamento, mas já foi orçada em R\$ 898.583,07.

O Pacto pela Educação ainda prevê a construção da cobertura na quadra poliesportiva.

3 Escola de Educação Fundamental Rui Barbosa, no Bucarein

NÚMERO DE ALUNOS:
Cerca de 250.

VOLTA ÀS AULAS: ontem. Alunos foram transferidos para a Escola Professora João Martins Veras, no bairro Anita Garibaldi. Os pais foram orientados a levar os alunos até a unidade, mas a SDR prometeu transporte durante reunião com os pais, na noite da última sexta-feira. A escola não voltará a abrir e vai abrigar, em 20 os alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos.

INTERDITADA

Constatações do Ministério Público

■ Todo o estabelecimento necessita de reforma (cobertura, sanitários, janelas, fiação elétrica, quadra e adequação de acessibilidade).
■ Sanitários em desacordo com a legislação vigente e ABNT.

O que o Estado irá fazer

As reformas urgentes começaram na última segunda-feira. Mas ontem pela manhã, ninguém trabalhava nas obras do colégio. O investimento é de R\$ 141.501,07. Ainda está prevista a abertura de um edital de licitação para a reforma complementar no valor de R\$ 512.242,69.

5 Escola de Educação Básica Conselheiro Maíra, no Centro

NÚMERO DE ALUNOS:
Cerca de 550.

PREVISÃO DE VOLTA ÀS AULAS: ontem, os alunos foram remanejados para a Associação Catarinense de Ensino (ACE) e para as salas da Católica de SC, no Centro.

INTERDITADA

Constatações do Ministério Público

■ Vários pontos de deterioração (forração, pisos, assoalho, paredes, janelas, portas e cobertura).
■ Instalações elétricas precárias.
■ Há infestação de cupim no madeirame.
■ Muita infiltração (goteiras, umidade e bolor).
■ Fiação exposta em vários pontos.
■ Janelas quebradas e podres.
■ Parte da forração do beiral e salas desprendendo-se.
■ Local crítico oferecendo risco iminente à integridade física de todos que ali permanecem e frequentam.

O que o Estado irá fazer

Pelo menos cinco salas do prédio mais novo da escola passaram por reformas básicas. A Gered pediu a desinterdição do espaço nesta segunda, mas a Vigilância Sanitária não acatou. A Conselheiro também irá receber a reforma geral. A escola é tombada como patrimônio. O edital de licitação foi lançado ontem mesmo e terá um investimento de R\$ 2.557.802,06.

6 Escola de Educação Básica Tuí Dippe, no Iriirú

NÚMERO DE ALUNOS:
Cerca de 1.150.

As aulas foram retomadas em 20 de fevereiro.

LIBERADA

Constatações do Ministério Público

■ Instalações elétricas precárias.
■ Iluminação insuficiente no sanitário feminino.
■ Piso da área externa completamente danificado. Coloca em risco a integridade física de todos.
■ Muro com rachaduras, telas danificadas e fiação exposta.
■ Acúmulo de mato e entulhos em toda a área.
■ Quadras de esportes sem cobertura, com piso irregular, coloca em risco a saúde dos alunos.
■ Quando chove, várias partes ficam alagadas e por isso necessitam de drenagem.
■ Infiltração nas laterais da cobertura dos corredores.
■ Falta de tomeira no sanitário.
■ Reboco desprendendo-se em várias partes.
■ Fixar traves da quadra coberta e manter higiene e organização.

O que o Estado fez

Há um contrato de manutenção em vigência no valor de R\$ 98.265,94. As obras emergenciais já foram realizadas. Será aberta ainda uma segunda licitação, para reformas complementares, no valor de R\$ 89.141,80. Não há previsão para o início da segunda parte das obras.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

7 Escola de Educação Básica Professora Gertrudes Benta da Costa, no Petrópolis

NÚMERO DE ALUNOS:

Cerca de mil.

PREVISÃO DE VOLTA ÀS AULAS: Vigilância Sanitária desinterditou a unidade e as aulas começaram no dia 26 de fevereiro.

LIBERADA

Constatações do Ministério Público

- Piso do corredor que dá acesso aos banheiros abertos é bruto e tem buracos. Foram colocados papelão e pedaços de carpete para esconder os orifícios.
- Falta mictório (foi arrancado) e forro danificado (queimado).
- Lavatórios da área externa sem torneiras.
- Obras inacabadas (sanitários, secretaria, pisos, salas).

O que o Estado fez:

Reformas emergenciais, principalmente nos banheiros e nos pisos, foram providenciadas. Os investimentos das obras emergenciais também estavam orçados dentro do contrato de manutenção no valor de R\$ 69.853,94. Não estão previstas novas obras na escola.

8 Escola Osvaldo Aranha, no Glória

NÚMERO DE ALUNOS:

cerca de 400.

PREVISÃO DE VOLTA ÀS AULAS:

ontem. Alunos serão remanejados para a Faculdade Anhanguera, no mesmo bairro. Eles permanecem no local até a conclusão da reforma.

INTERDITADA

Não foi avaliada pelo MP

Como o colégio passa por obras desde o fim do ano passado, o Ministério Público não incluiu a Osvaldo Aranha na lista de exigências à Secretaria de Estado de Educação.

O que o Estado pretende:

As obras na unidade começaram no fim do ano passado e devem ser finalizadas em dezembro deste ano. O investimento é de R\$ 2.704.273,17.

9 Escola Nagib Zattar, no Jardim Paraíso

NÚMERO DE ALUNOS:

Cerca de 800.

VOLTA ÀS AULAS: foi a única, das nove escolas que foram interditadas em dezembro do ano passado pela Vigilância Sanitária, que passou por reformas a tempo de começar o ano letivo em 14 de fevereiro.

LIBERADA

Constatações do Ministério Público

- Sanitários precários, falta de torneiras e cubas, mictórios sem água, vazamento, ausência de proteção nos ralos e sujeira.
- Infiltração em algumas salas e corredores.
- Vários pisos quebrados e partes sem piso.
- Rachaduras em quase todo o prédio.
- Piso externo cedendo.
- Não possui dispositivos contra incêndio.
- Cerca de ferro danificada.
- Paredes e teto com infiltração.
- Falta de azulejos.
- Parte hidráulica precária.
- Ventiladores de teto sem condições de uso.
- Paredes e teto sujos devido à infiltração.
- Há muita falta de higiene em toda a unidade.

O que o Estado irá fazer:

As obras previstas no contrato de manutenção já foram realizadas e custaram R\$ 14.684,45. Não estão previstos novos investimentos.

Dalila Leal

“É mais fácil resolver as coisas pelo município”

Estão sendo lançados editais de licitação para reformas de escolas, e obras emergenciais estão sendo feitas.



Será possível arrumar todos os problemas? Como serão os trabalhos?

Dalila Leal – Nas licitações, o que preocupa é que, às vezes, 30 ou 40 empresas participam do edital. E isso é uma encrenca. Por isso, as verbas emergenciais no valor de R\$ 505 mil foram tão importantes, porque podemos arrumar os imprevistos e o que é realmente importante.

Este valor deveria ser maior?

Dalila – Exatamente. Isso não cobre nada. Mas ajudou a desinterditar algumas escolas. Chamamos os diretores e priorizamos. Agora, estamos fazendo um levantamento e um novo pedido para verbas emergenciais para o governo.

Desde o ano passado, comenta-se em passar as escolas da rede estadual, que ainda atuam com a educação básica, para o município. Como estão as conversas?

Dalila – Estamos tendo uma parceria muito boa com a Secretaria Municipal de Educação. Acho que não podemos mais falar em escola municipal e estadual. Temos de falar em escola pública. E o Roque (Mattei, secretário de Educação de Joinville) tem este mesmo pensamento. Então, criamos uma comissão para juntos planejarmos as ações para a educação em Joinville. Se houver capacitação para professores, por que não envolver todos eles juntos? Esta comissão também está tratando sobre a municipalização. É muito mais fácil resolver as coisas pelo município.

A Escola Monsenhor Scarzello, que foi fechada em 2012, seria uma das primeiras escolas a serem entregues ao município? Será preciso fazer a reforma da unidade antes, como previsto até o ano passado?

Dalila – Estamos conversando ainda e fazendo toda a limpeza da escola. Era o entendimento com o governo municipal do ano passado de que a escola deveria ser reformada primeiro para ser entregue. Está sendo feito o entendimento entre as partes, as conversas estão bem adiantadas. Mas há possibilidade de que eles peguem a escola o mais rápido possível.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Ponto Final

Data: 05/03/2013

Assunto: Novos Valores

Página: 21

Notícias do Dia

Novos valores

Os estudantes dos ensinos médio, profissionalizante e superior já podem se inscrever para participar do programa de estágio Novos Valores, coordenado pela Secretaria de Estado da Administração, em parceria com a Secretaria de Educação. As informações estão disponíveis diretamente na instituição de ensino do aluno. A idade mínima exigida é de 16 anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 05/03/2013
Assunto: Educação		Página: 11

DIÁRIO CATARINENSE

Educação

É indispensável às autoridades educacionais a leitura do trabalho *Sobre as Condições do Processo Educacional em Santa Catarina* (Cepe Faculdade de Educação Udesc), documento que originou o 1º Plano Estadual de Educação de SC, em 1970, que prevê as condições da escola, atualização do professor, número de alunos por turma, merenda escolar, etc.

*Guiomar Sena,
professora aposentada
Florianópolis*



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Município Dia a Dia	Editoria: Geral	Data: 05/03/2012
Assunto: Governador esteve em Nova Trento para entrega de reforma de escola		Página: Online

MUNICÍPIO

DIA A DIA

Governador esteve em Nova Trento para entrega de reforma de escola

EEB Francisco Mazzola ganhou passarela e melhorias em dez salas de aula



O governador Raimundo Colombo e o secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque, Jones Bosio, inauguraram nesta segunda-feira, 4 de março, a reforma da Escola de Educação Básica Francisco Mazzola, em Nova Trento. Com investimento de R\$ 1,9 milhão, o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Estado da Educação e de Desenvolvimento Regional de Brusque, reformou 10 salas de aula e construiu uma passarela para a ligação dos dois blocos da escola. "Temos a

necessidade de avançar em tecnologia e para isso precisamos melhorar a infraestrutura, exatamente o que fizemos aqui nesta escola. A construção da passarela também é importante, pois dará mais segurança aos 970 alunos", comenta o governador.

Também foram reformadas as salas de informática, de vídeo, dos professores, sendo duas para arquivos, além dos departamentos de linguagem, história e geografia. Os 474 estudantes do Ensino Fundamental e os 496 do Ensino Médio da única escola da rede estadual do município também terão seis banheiros e cozinha reformados. "É um presente para as nossas crianças e professores que terão mais qualidade de vida com a reforma da escola", disse o secretário regional, Jones Bosio.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, reiterou a importância de valorizar o trabalho dos professores, melhorando os salários e informatizando as escolas com a distribuição de tablets. "Vamos investir nos nossos professores com cursos de atualização, e ao longo do Governo Raimundo Colombo, acredito que possamos dobrar seus salários", enfatiza Deschamps.

"Queremos valorizar cada vez mais e fortemente cada um dos professores. Pude fazer isso quando fui prefeito três vezes e por isso peço ajuda de todos, porque em pouco tempo devemos chegar aos índices que Santa Catarina merece", conclui Colombo.



Veículo: Revista Veja

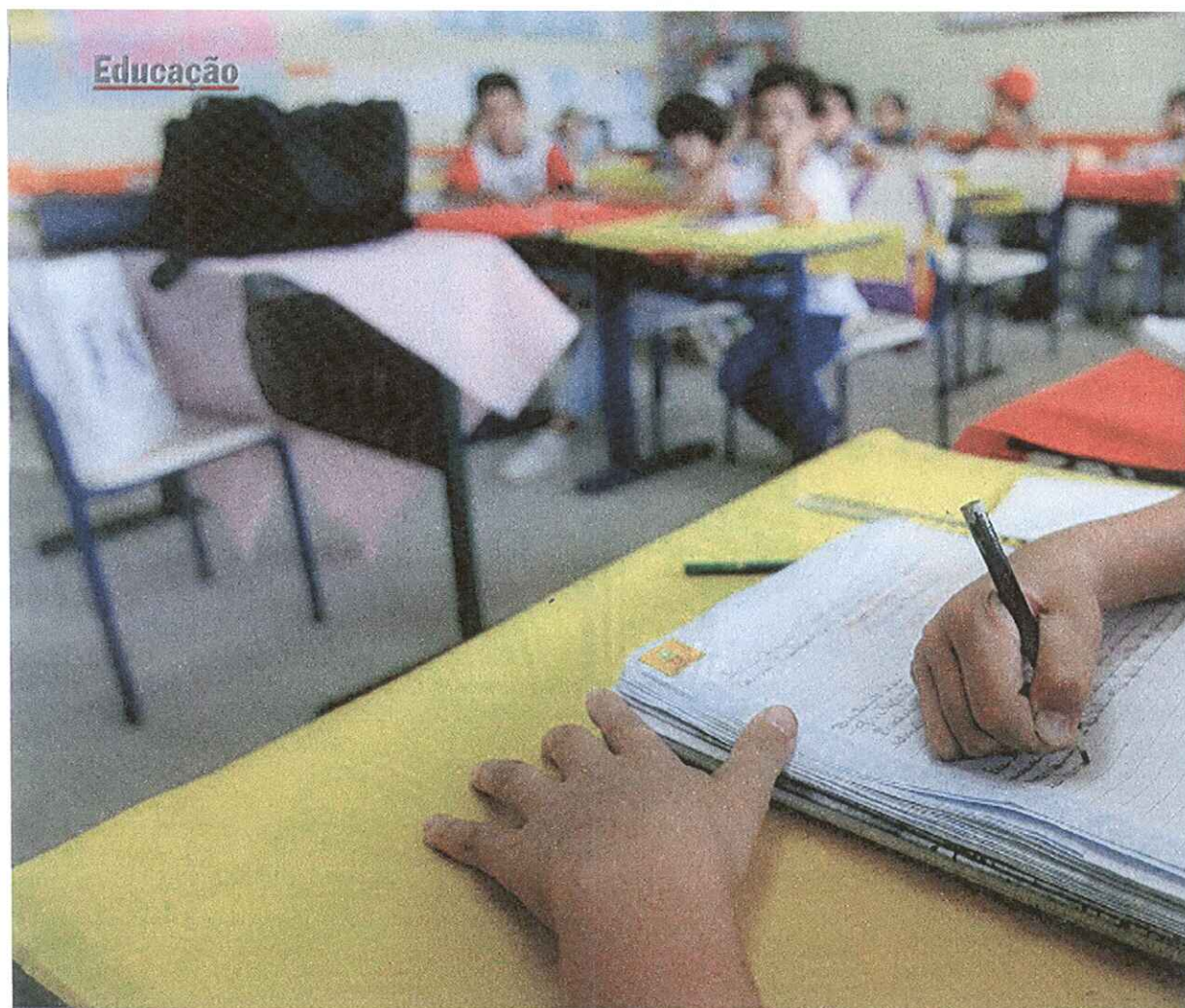
Editoria: Educação

Data: 05/03/2013

Assunto: Desvantagem na largada

Página: 96 e 97

veja



DESVANTAGEM NA LA

O novo plano do MEC para garantir alfabetização a todas as crianças prevê que elas cheguem lá até os 8 anos — meta que nos coloca atrás das nações mais desenvolvidas

NATHÁLIA BUTTI

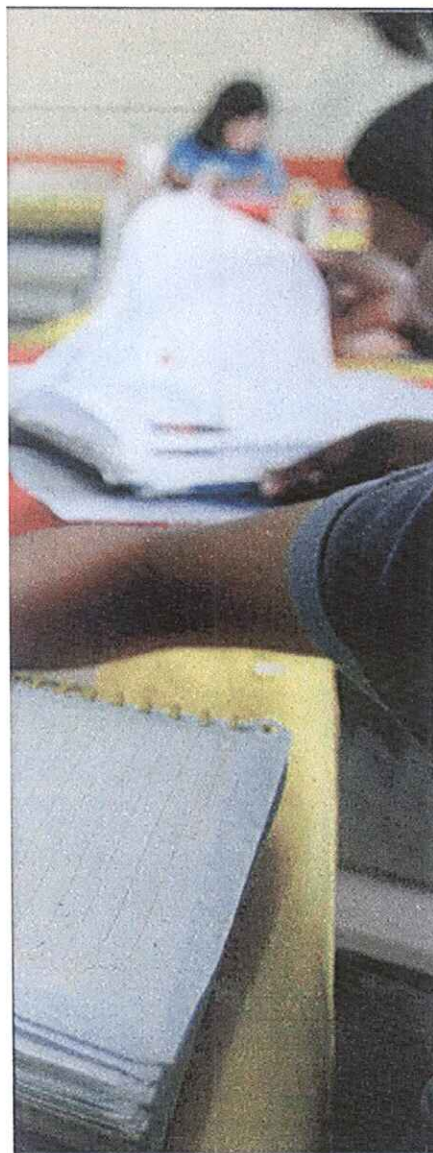
A educação brasileira atravessou os séculos numa zona de sombra em que não se sabia nem mesmo quantas escolas havia no país — muito menos em que nível elas estavam e aonde deveriam chegar. O vasto rol de termômetros e rankings do ensino tratou de sepultar esses tempos

mais obscuros e abriu espaço na sala de aula para um hábito ao qual o Brasil ainda não é tão afeito: o de traçar metas. Na semana passada, uma delas — da mais suma importância — passou pelo crivo da Câmara dos Deputados e agora aguarda a apreciação do Senado. Trata-se da medida provisória federal que estabelece que toda criança seja alfabetizada até os 8 anos de idade — “prioridade das

prioridades” para o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Com 1,4 milhão de crianças entre 7 e 14 anos ainda iletradas no país, não há dúvida de que a iniciativa, inédita, toca em um nó que, se desatado, terá efeitos positivos de longo alcance. Mas também lança um ponto de interrogação sobre uma questão à qual pouco se atentou durante todo o debate — e é crucial: por que esperar de crianças de escolas públicas que se alfabetizem até os 8 anos, quando nos colégios particulares, assim como em todo o mundo desenvolvido, elas chegam lá, no máximo, aos 7?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



NÓS E ELES Aula no Brasil (à esq.) e nos Estados Unidos (acima): partir de expectativas mais baixas pode significar um atraso que terá efeito não só nos primeiros anos, mas por toda a vida escolar

"Quem sabe mais aprende mais, num ciclo virtuoso que devemos estender a todos", resume Heckman. "Aceitar logo de saída que uma criança seja alfabetizada mais tarde do que outra aniquila a ideia de que a sala de aula deve gerar oportunidades iguais para todos. Só agrava o apartheid educacional que já distancia alunos de escolas públicas e privadas", enfatiza Claudia Costin, secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro, onde pais e professores selaram um pacto comprometendo-se a fazer a sua parte para que todos saibam ler até o fim do 1º ano do ensino fundamental — em média, aos 6 anos.

Vista como um todo, a medida provisória, que custará ao governo 2,7 bilhões de reais até 2014, ancora-se em pilares acertados: estabelece prazos, avalia resultados, premia os melhores. No pacote, está sendo formulado um currículo nacional que vai nortear as aulas do 1º ao 3º ano. A existência de um bom roteiro para o professor ensinar é das iniciativas de maior resultado na sala de aula — mas, por um misto de inépcia de autoridades e resistência de uma ala de educadores que se vê tolhida em sua liberdade de ensinar, é ainda rara nas redes públicas. Também se prevê que os 360 000 professores alfabetizadores sejam remunerados para reforçar seus estudos aos sábados e recebam livretos com estratégias para ensinar, área que boa parte das facul-

dades de pedagogia apenas tangencia, ou ignora. O MEC aplicará ainda uma prova para aferir o nível de conhecimento dos alunos ao final do 3º ano. E as escolas que se saírem melhor receberão um bônus. Os 26 estados e mais de 5 000 municípios que até agora assinaram o chamado Pacto Nacional pela Alfabetização terão direito a verbas.

Em 2012, o MEC enviou ao Conselho Nacional de Educação o novo currículo para os primeiros anos do ensino fundamental. Seu conteúdo ainda não veio a público, mas especialistas que já se debruçaram sobre o documento alertam para o fato de que lhe falta objetividade. "É confuso e pouco assertivo quanto às exigências", observa a especialista Ilona Beeskéházy, que se deteve sobre currículos de países como Portugal e Canadá, segundo ela muito mais específicos em relação às expectativas de aprendizado. "Precisamos de uma vez por todas definir quais habilidades devem ser assimiladas, ano a ano", reforça Maria Helena Guimarães, presidente da Fundação Seade, em São Paulo. Ainda há tempo para lapidar o texto final. Vale o empenho. Hoje, apenas um de cada quatro brasileiros adultos é considerado plenamente alfabetizado — ou seja, consegue depreender sentido de um texto mais complexo. Só com muita ambição acadêmica será possível reverter cenário tão desolador.

RGADA

A diferença de expectativas tende a agravar o abismo que já separa a rede pública da rede privada no Brasil, temem os especialistas ouvidos por VEJA. E essa discrepância pode se fazer sentir não só no princípio, mas por todo o ciclo escolar. Um estudo do americano James Heckman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, mostra que, quanto mais cedo a criança recebe estímulos cognitivos, menos tempo ela precisa para reter novos conhecimentos. Se já reúne um repertório razoável de palavras, suas chances de avançar no saber crescem exponencialmente.



Veículo: Revista Veja

Editoria: Artigos

Data: 05/03/2013

Assunto: A mágica da Educação

Página: 20

veja



de Moura Castro

Claudio

claudiomouracastro@positiva.com.br

A mágica da educação

Vale a pena refletir sobre o elo entre a educação e o que acontece com nossa vida profissional. Sabemos que, ao deixar a escola e encontrar um emprego, o número de anos de estudo é o mais poderoso determinante do que vamos ganhar. Como regra geral, quanto mais se estuda, mais o salário inicial é elevado — embora varie de acordo com a oferta e a procura de competências. Se acreditamos que o contracheque reflete a nossa contribuição para a produtividade da empresa, os anos de estudo são a maior fonte de progresso. É o que Adam Smith dizia e que já foi exaustivamente medido.

De fato, quanto maior o estoque de educação com o qual iniciamos a vida profissional, mais ganhamos. Ou seja, no dia em que pleiteamos um emprego, o mercado valoriza o que aprendemos na escola. Portanto, há boas razões para a escola ensinar bem aquilo que conta para um bom desempenho profissional.

Mas os números contam mais histórias. Quem estudou pouco ou nada não só começa com um salário medíocre, mas permanece a vi-

— e com a escassez relativa daquele perfil de mão de obra, mas não precisamos aqui entrar nesses complicadores. Se pagam cada vez mais, ao longo da nossa carreira, se o salário segue crescendo, isso significa que nos tornamos mais produtivos. É forçoso concluir que, de alguma forma, continuamos aprendendo. Ficamos mais educados, apesar de não estarmos mais na escola.

Em outras palavras, os aumentos ao longo dos anos só podem ser explicados pela capacidade de aprender com a experiência vivida. Esse amadurecimento ao longo da vida — fortemente influenciado pela nossa educação formal prévia — metamorfoseia-se em maior produtividade. Eis a mágica da educação!

Visto de outra maneira, o que aprendemos na escola e tem uso imediato aumenta os salários, mas não tanto. Conta mais o que aprendemos depois. Logo, seja do ponto de vista individual, seja do da empresa, o aprendizado mais valorizado economicamente é aquele que se dá durante a vida profissional, não antes. Essa conclusão, além de curiosa, não é sem consequências.

Tudo o que puder ser feito para maximizar o aprendizado ao longo da nossa carreira se traduz em avanços nos rendimentos. É importante lembrar, conta a qualidade da educação que tivemos. Não são quantos fatos e fórmulas decoramos, mas a capacidade de ler, escrever, pensar, decifrar o mundo ao nosso redor, bem como identificar e encontrar soluções para os problemas que vão aparecendo.

Pela vida afora, ajudará tudo o que possa facilitar, incentivar e promover o aprendizado, até o máximo condizente com o potencial de cada um. Ajudam os cursos, mentores, estágios ou grupos de discussão. Essa é a boa tese da Educação Permanente. Mas nem tudo vem de fora. Também funciona o esforço próprio, autodidata, de maneira totalmente informal. E, mais ainda, avançamos mercê de uma insaciável curiosidade e de uma atitude de sempre fazer perguntas e procurar respostas. O que importa é a busca incansável de formas de alimentar a nossa sede de conhecimentos e de novas soluções.

Nossa carreira depende do esforço para continuar a aprender. O tesouro da educação não está no diploma e no que ensinou a escola, mas sim no que ela nos permite crescer depois.

“O que importa é a busca incansável de formas de alimentar a nossa sede de conhecimentos e de novas soluções”



da toda atolado no mesmo nível. Já para os que têm mais educação, no curso da sua vida profissional, o salário pode duplicar ou triplicar. Esses aumentos são espantosamente maiores do que o benefício de entrar mais educado no mercado de trabalho — no caso, comparado com quem tem menos escolaridade.

Nosso primeiro salário reflete aqueles conhecimentos que a escola nos deu e que o mercado valoriza. É fácil entender. Mas o que explicaria o avanço ao longo da carreira, se já havíamos parado de estudar? Como esquecemos muito do aprendido na escola, até não seria absurdo pensar que o salário encolheria.

Em boa medida, as empresas remuneram de acordo com a capacidade de produzir de cada um



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: UOL	Editoria: Educação	Data: 05/03/2013
Assunto: MEC vai distribuir 2 milhões de senhas para curso online de inglês		Página: Online

UOL EDUCAÇÃO

MEC vai distribuir 2 milhões de senhas para curso online de inglês

A versão online do Programa Inglês sem Fronteiras entra no ar a partir na terça-feira (5). O programa oferece diferentes tipos de apoio para que estudantes de graduação e pós-graduação atinjam o nível de proficiência na língua e possam participar do Programa Ciência sem Fronteiras.

Na primeira fase, o MEC (Ministério da Educação) vai distribuir 2 milhões de senhas de acesso pessoal a estudantes de graduação e pós-graduação de universidades públicas e para alunos de universidades particulares que tenham alcançado no mínimo 600 pontos no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em alguma edição posterior a 2009.

Parte dos estudantes já recebeu a senha e poderá acessar o programa a partir de amanhã. Quem tiver interesse, e não participou da seleção, pode se inscrever no próximo edital, sem data para ser publicado, segundo o MEC.

O módulo online poderá ser acessado por meio do site MEO (My English Online), elaborado pelo setor educacional da National Geographic Learning em parceria com a Cengage Learning.

O programa foi anunciado pelo ministro Aloizio Mercadante em dezembro do ano passado. Na ocasião, Mercadante disse que a ideia é ampliar a oferta do curso de inglês pela internet aos estudantes do ensino médio e, posteriormente, incluir alunos do ensino fundamental. De acordo com o MEC, a meta é distribuir cerca de 5 milhões de senhas.

Provas de proficiência

O programa prevê a realização de provas de proficiência. Segundo o ministério, a Mastertest, empresa credenciada no Brasil pela ETS (Educational Testing Service), fará a aplicação de 500 mil testes Toefl para verificar o nível de inglês dos alunos das universidades brasileiras. No Brasil, existem 250 mil testes prontos para serem aplicados aguardando somente a finalização do sistema de inscrição.

A partir do diagnóstico do nível de conhecimento do idioma, feito pela Mastertest, os alunos que alcançarem melhor resultado podem ser selecionados para cursos presenciais. Para auxiliar nesta etapa, a pasta prevê a vinda de 200 professores americanos, provenientes de diferentes regiões dos Estados Unidos. A expectativa é que, em um primeiro momento, 20 mil alunos sejam atendidos.